

André Luís Cateli Rosa

Tratados Internacionais

A ordem jurídica brasileira



2ª edição

EDITOR ALCR

TRATADOS INTERNACIONAIS

A ordem jurídica brasileira

Rosa, André Luís Cateli, 1981–

Tratados Internacionais: a ordem jurídica brasileira/André Luís Cateli Rosa. –
Marília: ALCR, 2017.

153p

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-922573-2-3

1. Tratados. 2. Direito constitucionale - Brasil. 3. Brasil – Relações exteriores - Tratados. 4.
Direito internacional. 5. Direito internacional público e direito interno - Brasil.

Prefixo editorial 922573

ANDRÉ LUÍS CATELI ROSA

**TRATADOS
INTERNACIONAIS
A ordem jurídica brasileira**

2ª edição

**Marília-SP
Edição do Autor
2017**

© André Luís Cateli Rosa
Edição do Autor

Capa pelo autor

Prefixo editorial 922573

2ª edição – 2017 – Marília – SP

Dedico a presente obra à
minha esposa Daniele que me
proporciona a retaguarda e o suporte
necessário para viabilizar a
continuidade de minha jornada na vida
acadêmica.

Agradeço aos meus pais Luís
e Sílvia que sempre foram os
incentivadores de minha vida
profissional.

APRESENTAÇÃO

.....

O presente livro aborda aspectos referentes à formação dos tratados internacionais, o direito que os rege, bem como sua incorporação ao ordenamento jurídico pátrio. Seu desenvolvimento é fruto da dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Direito do UNIVEM, e segue a linha de pesquisa “fundamentos teóricos críticos da dogmática jurídica”, tendo por finalidade demonstrar, de maneira crítica, a forma pela qual a falta de dinâmica presente no direito positivo brasileiro em relação ao direito internacional pode prejudicar o relacionamento de nosso país em vários aspectos no que tange ao relacionamento com os outros Estados presentes na ordem jurídica internacional.

O século XX representou um marco na relação entre os países, surgindo uma nova era decorrente da globalização. Tal fenômeno provocou significativo aumento das relações entre os Estados, resultando na produção crescente de normas jurídicas internacionais, em função da necessidade de normatizar as relações surgidas que extrapolavam os limites territoriais de cada um dos Estados. Havendo a possibilidade de conflito entre norma jurídica internacional e regra interna do Estado, fatalmente surgirá a questão de prevalência de uma sobre a outra. As teorias monista e dualista fornecem as bases doutrinárias para a solução a ser adotada pelos Estados, no conflito entre o tratado internacional e o direito interno. A Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados não consagrou a supremacia de norma de uma ou de outra ordem. Preferiu a solução conciliatória. No Brasil não existe expressa disposição constitucional que estabeleça a solução para o conflito entre o tratado

internacional e as leis internas, salvo nos casos trazidos pela Emenda 45.

Assim, sem a audácia de querer esgotar o tema, o presente livro terá o condão de desmistificar a problemática advinda da hierarquia dos tratados internacionais em relação ao ordenamento jurídico interno brasileiro, levando-se em consideração não só os aspectos jurídicos, como também os político-econômicos.

O Autor

“Acima do direito formal, da legalidade estricte, existe um direito, mais positivo do que esse, porque é, a um tempo, mais legítimo e mais forte: o direito que resulta do desenvolvimento humano.”

Rui Barbosa

*“A força do direito deve superar o direito
da força.”*

Rui Barbosa

SUMÁRIO

.....

LISTA DE ABREVIATURAS E DE SIGLAS	19
INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTOS DO DIREITO INTERNACIONAL E SUA IMPORTÂNCIA	25
CAPÍTULO 2 – O DIREITO DOS TRATADOS E SEU PROCEDIMENTO ...	31
2.1. Antecedentes históricos	31
2.2. A Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados	33
2.3. O processo de formação dos tratados.....	36
CAPÍTULO 3 – CUMPRIMENTO, APLICAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS TRATADOS	43
3.1. Cumprimento dos tratados – sua observância	43
3.2. Aplicação dos tratados	44
3.3. Interpretação dos tratados.....	45
CAPÍTULO 4 – OS TRATADOS INTERNACIONAIS E OS CONFLITOS QUE SE ESTABELECEM COM A LEI INTERNA	49
4.1. Lei de Introdução ao Código Civil	49
4.2. O direito interno e o direito internacional são ordens jurídicas distintas?.....	50
4.3. A teoria dualista	55
4.4. Monismo nacionalista.....	61
4.5. O Monismo internacionalista da Escola de Viena	65
4.6. Dualismo ou Monismo: constitucionalistas x internacionalistas.....	70

4.7. O princípio “pacta sunt servanda” e sua aplicação nos acordos internacionais	75
4.8. As soluções adotadas	78
CAPÍTULO 5 – A INCORPORAÇÃO DOS TRATADOS AOS ORDENAMENTOS JURÍDICOS	83
5.1. A participação do Poder Legislativo na conclusão dos tratados	83
5.2. Os tratados internacionais e o art. 98 do CTN	88
5.3. A posição hierárquica dos tratados internacionais no direito positivo brasileiro	90
CONCLUSÕES	97

ANEXOS

ANEXO 1 – CONVENÇÃO DE HAVANA SOBRE TRATADOS (1928)....	103
ANEXO 2 – CONVENÇÃO DE VIENA SOBRE O DIREITO DOS TRATADOS (1969)	109
ANEXO 3 – EMENTA DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 80.004	147
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	149



LISTA DE ABREVIATURAS E DE SIGLAS

.....

a. C.: Antes de Cristo

Art.: Artigo

CF: Constituição Federal

CTN: Código Tributário Nacional

DSU: *Dispute Settlement Understanding* (Sistema sobre entendimento de disputas)

LICC: Lei de Introdução ao Código Civil

OMC: Organização Mundial do Comércio

STF: Supremo Tribunal Federal

